SENAÇON DIVULGA NOVOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE DE DADOS E ANÚNCIOS PARA PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS

A Secretaria Nacional do Consumidor (“SENAÇON”), em continuidade ao desenvolvimento da Política Nacional das Relações de Consumo, publicou, no último dia 30 de julho, Nota Técnica estabelecendo parâmetros de transparência de dados e de anúncios a serem observados pelas plataformas digitais em relações de consumo.

Nos termos da [Nota Técnica n.º 2/2024/Gab-DPDC/DPDC/SENAÇON/MJ](#) (“Nota Técnica SENACON”), as plataformas de redes sociais que operam no Brasil devem atender e apresentar 35 (trinta e cinco) critérios de transparência – denominados *Critérios de Qualidade de Dados* – para avaliação dos mecanismos de acesso a dados para pesquisa. Alguns deles são:

- ◆ Oferecer uma *Application Programming Interface* (“API”) com ao menos um endpoint para acesso aos dados públicos produzidos por usuários;
- ◆ Permitir a descoberta e a coleta de dados de todo o conjunto de publicações que possuam interesse público com pragmatismo;
- ◆ Garantir a possibilidade de recuperar os dados de publicações feitas por um autor através de seu nome de usuário ou identificador único;
- ◆ Publicar documento na internet para o uso da API, de forma aberta, sem necessidade de cadastro e login;

- ◆ Disponibilizar a documentação da API de forma completa, escrita em língua portuguesa, sem ambiguidades; e
- ◆ Elaborar relatórios de transparência que especifiquem as informações sobre o número e o tipo de requisições feitas pelos entes federativos, discriminando a natureza do pedido e o volume de solicitações deferidas e indeferidas.

Adicionalmente, a Nota Técnica SENACON estabelece outros 60 critérios de transparência referentes especificamente a anúncios – denominados *Crerios de Qualidade de Dados de Anúncios*, todos direcionados para as plataformas de redes sociais que operam no Brasil. Alguns exemplos são:

- ◆ Oferecer, em território nacional, uma API com ao menos um *endpoint* para acessar e coletar dados atualizados de todos os tipos de anúncios nela impulsionados no último exercício;
- ◆ Garantir acesso gratuito à API, com acesso irrestrito, gratuito e sem necessidade de cadastro e login;
- ◆ Disponibilizar API que informe **(i)** dados atualizados sobre a geolocalização do público atingido pelos anúncios veiculados na plataforma, limitado ao território brasileiro; **(ii)** dados atualizados e pertinentes dos anunciantes; e **(iii)** dados sobre os dias em que foram veiculados os anúncios impulsionados no último exercício;
- ◆ Fornecer API que sinalize caso o anúncio tenha sido excluído, data e motivo da remoção;
- ◆ Garantir que a documentação da API seja disponibilizada em língua portuguesa, de maneira clara, completa e com exemplos que facilitem a compreensão por leigos;
- ◆ Oferecer interface do repositório de anúncios da plataforma ou da rede de publicidade que disponibilize dados atualizados sobre idade e gênero do público atingido pelos anúncios veiculados no último exercício; e
- ◆ Elaborar relatórios de transparência que elenquem os pedidos realizados pelos entes federados, discriminando a pessoa jurídica de direito público que fez a solicitação, o número total de pedidos realizados, o volume de deferimento e de indeferimento, e a indicação do meio pelo qual foi realizado o pedido, se judicial ou administrativo.

Os critérios elencados acima foram elaborados com base nas diretrizes de interpretação e aplicação do Código de Defesa do Consumidor (“CDC”), a fim de estabelecer medidas de prevenção à disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos aos consumidores, por meio das plataformas de redes sociais.

Por fim, a Nota Técnica SENACON determina que os expedientes e demais instrumentos a serem elaborados para cumprimento e orientação da normativa deverão considerar os prazos de 12 e quatro meses para as plataformas de redes sociais se adequarem, respectivamente, aos Critérios de Qualidade de Dados e aos Critérios de Qualidade de Dados de Anúncios, contados a partir da publicação da Nota Técnica SENACON.

Para informações, entrar em contato com:

Tania Liberman

E tania.liberman@cesconbarrieu.com.br
T +55 11 3089 6598

Thays Gentil

E thays.gentil@cesconbarrieu.com.br
T +55 11 3089-6190

Julia Pazos

E julia.pazos@cesconbarrieu.com.br
T +55 11 3089 6756

Maurício Fabbri

E mauricio.fabbri@cesconbarrieu.com.br
T +55 11 3089-5838

* Material produzido com a colaboração de Thiago Munhoz e Lucas Borin.

Este boletim apresenta um resumo de alterações regulatórias no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.